

Comunicação oral: Eixo 7 – Educação Especial

O PAPEL DO PROFESSOR NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS OCULTAS

Gabriel Valério de Souza Santos ¹

Gabriela Amorim de Macedo ²

Resumo: O objetivo deste estudo é apresentar formas práticas de atividades pedagógicas na inclusão de estudantes com deficiências ocultas. O olhar do professor é essencial no processo de diagnóstico do estudante; na maioria das vezes, o docente identifica as dificuldades do aluno ao longo de um período que pode durar vários meses. A escola elabora o relatório e pede à família que encaminhe a criança a um especialista, geralmente psicólogos ou psiquiatras. Após o diagnóstico, o estudante passa a ter acesso a um professor de apoio, e qualquer docente especializado em qualquer área pode adotar métodos que integrem esses alunos. Contudo, nem todos os pais procuram ajuda; alguns procuram, mas optam por manter a situação em segredo familiar. Portanto, o objetivo do estudo é expor estratégias inclusivas eficazes que permitam ao docente incluir o aluno mesmo sem diagnóstico.

Palavras-chave: Deficiências Ocultas. Professor. Ensino Inclusivo.

Introdução

Um dos maiores desafios que as escolas enfrentam nos debates atuais sobre educação inclusiva é receber alunos com deficiências que não são evidentes ou visíveis. Segundo Mantoan (2003), o professor é peça-chave no processo inclusivo, pois está em contato direto com os estudantes e é capaz de identificar sinais sutis de dificuldades de aprendizagem. Essas condições, frequentemente ignoradas ou mal interpretadas no ambiente escolar, demandam do educador uma sensibilidade pedagógica refinada. Nesse sentido, Marinho e Felgueiras (2025, p. 69) destacam que “deficiências ocultas são aquelas que não são imediatamente perceptíveis, como autismo, surdez e deficiências cognitivas”, salientando que

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Graduado em Licenciatura em Geografia pela mesma Universidade. Graduado em Ciências da Religião pelo Centro Universitário Cidade Verde (UNICV). Pós-graduando (Especialização) em Supervisão e Inspeção e Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Prisma. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/8279206218961568>. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0001-9673-402X>.

² Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Graduada em Licenciatura em Geografia pela mesma Universidade. Pós-graduanda (Especialização) em Teorias e Práticas na Educação pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), em Informática na Educação pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) e em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pelo Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas de Ensino de Geografia, Identidades Docentes e Práticas Educacionais (LEGIDEPE/Unimontes) e do Grupo de Pesquisa Geografia Física, Paisagem e Ambiente (Geofís/UFPA). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/7367800583813018>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7731-1814>.

na ausência de sinais físicos não significa que não existam obstáculos para o aprendizado ou demandas específicas de atenção.

É comum que professores identifiquem estudantes com dificuldades de aprendizagem, comportamento inquieto ou sinais de tristeza e isolamento no ambiente escolar, inclusive na ausência de um diagnóstico. Muitas dessas circunstâncias estão ligadas às chamadas neurodivergências, que representam maneiras distintas de funcionamento do cérebro e da cognição. O autismo, o TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade) e a dislexia são exemplos dessas condições. De acordo com Santos (2025) essas diferenças não indicam que o estudante tenha menos habilidade, mas que requer métodos de ensino distintos para aprimorar seu potencial.

Além das neurodivergências, é importante que o professor esteja atento a questões emocionais, como a ansiedade e a depressão, que também afetam significativamente o desempenho escolar. De acordo com Barros *et al.* (2025), o estado emocional do aluno influencia diretamente sua capacidade de atenção, memória e raciocínio lógico. A ansiedade, quando ultrapassa os limites do que é considerado uma reação natural ao estresse, pode se transformar em um transtorno, levando o aluno a ter dificuldades de concentração, irritabilidade ou crises recorrentes. Já a depressão pode se manifestar em crianças e adolescentes por meio de desânimo constante, queda no rendimento, desinteresse pelas aulas ou ausência frequente.

Embora essas condições não sejam aparentes fisicamente, o que as classifica como deficiências ocultas, seus impactos no processo de aprendizagem e na socialização escolar são significativos. Conforme Santos (2025) a observação atenta do educador, juntamente com sua habilidade de acolher, adaptar e flexibilizar a abordagem pedagógica, é essencial para assegurar uma educação inclusiva e respeitosa. Nesse cenário, a função da escola transcende o ensino de conteúdo: é também proporcionar um ambiente onde cada estudante, com suas singularidades, possa se sentir aceito e integrante do meio.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei n.º 13.146/2015, é a base justificadora deste estudo, particularmente o que está contido no Art. 2º-A, que garante o direito à privacidade em relação à condição da pessoa com deficiência ao usar a fita de girassol para identificar doenças ocultas. Nesse contexto, o estudo utiliza uma metodologia qualitativa, visando entender os significados que os docentes atribuem às experiências vividas com estudantes que possuem deficiências ocultas. Além disso, a pesquisa procura descobrir estratégias

pedagógicas e opções de intervenção que possam ser implementadas no dia a dia escolar, fomentando o diálogo, a escuta ativa e práticas inclusivas.

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência docente, desenvolvido a partir da prática cotidiana em sala de aula. O propósito é sugerir como os docentes podem identificar as demandas dos estudantes por meio da observação, sem depender exclusivamente de diagnósticos formais ou da verbalização de suas dificuldades, buscando desenvolver práticas de educação receptiva e inclusiva, fundamentadas no bom senso, em estratégias adaptativas e na escuta atenta.

A reflexão proposta baseia-se em vivências pessoais e experiências passadas, articuladas com fundamentos teóricos que promovem equidade, valorização da diversidade e compromisso com a inclusão no ambiente escolar. Tal abordagem encontra respaldo nos estudos de Júnior e Lemes (2020), que destacam a importância do relato de experiência como instrumento para análise crítica do cotidiano escolar, permitindo compreender práticas docentes e dinâmicas da sala de aula de maneira reflexiva e contextualizada.

Embasamento Teórico

Promulgada pela UNESCO em 1994, a Declaração de Salamanca é um documento que define princípios, políticas e práticas para a educação especial, com foco na inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais em instituições de ensino regulares. A meta é fomentar a educação especial e inclusiva ao redor do planeta. Durante o evento, diversos representantes assinaram o documento comprometendo-se a promover essa meta, entre eles o Brasil, que é signatário da declaração.

Em julho de 2015, foi aprovada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), que garante legalmente os direitos das pessoas com deficiência em várias áreas da vida social, incluindo saúde, educação, mobilidade, moradia, trabalho e outros direitos fundamentais, como o direito à vida, à habilitação e à reabilitação. Além disso, a lei garante o direito de não usar identificação visual da deficiência, sem que isso resulte na perda de seus direitos prioritários, embora a documentação comprobatória seja exigida quando necessário. Além de promover a igualdade, essa lei tem como princípio fundamental a equidade, levando em consideração as diversas necessidades e garantindo condições justas para o exercício pleno da cidadania.

Nesse cenário, nota-se que, com o passar do tempo, leis, declarações, conferências e seminários têm fomentado o conhecimento, o desenvolvimento, o investimento e,

principalmente, a inclusão. Entretanto, ainda é necessário considerar as pessoas, especialmente os estudantes, como indivíduos únicos, sem os reduzir a um diagnóstico. Para os educadores, o objetivo não deve ser apenas identificar uma deficiência formal, mas entender as limitações e habilidades de cada estudante, ajustando-se ao ambiente escolar de maneira receptiva e inclusiva (Escobar, 1996).

Experiências anteriores indicam que muitos professores acabam desistindo de envolver os alunos nas atividades temáticas, seja pela presença de um professor de apoio, o que pode resultar na terceirização do processo de ensino, seja pela falta de um diagnóstico oficial que assegure o direito a esse suporte. Essa prática demonstra um obstáculo que precisa ser superado, pois compromete o princípio da inclusão e da corresponsabilidade no processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Capellini e Rodrigues (2009), os docentes relatam que a estrutura da escola, a ausência de formação adequada, a falta de suporte técnico e o modelo tradicional de ensino comprometem o envolvimento efetivo dos alunos e a corresponsabilidade docente no processo de ensino-aprendizagem. Essa prática demonstra um obstáculo que precisa ser superado, pois compromete o princípio da inclusão e do aprendizado compartilhado.

Nesse cenário, levanta-se a seguinte questão: como o docente pode fomentar práticas inclusivas para alunos com deficiências ocultas, mesmo sem um diagnóstico clínico? Dessa forma, este estudo visa examinar as estratégias inclusivas em ambientes escolares, com o intuito de entender e promover como os professores devem gerenciar essas circunstâncias e quais abordagens pedagógicas podem ser criadas para assegurar o direito à aprendizagem de todos os estudantes.

Discussão

Em um primeiro momento, é importante analisar o que dispõe a legislação sobre a identificação de pessoas com deficiências ocultas. Conforme com o Art. 2º A da Lei n.º 13.146/2015, alterada pela Lei n.º 14.624/2023:

[...] é instituído o cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas. § 1º O uso do símbolo de que trata o caput deste artigo é opcional, e sua ausência não prejudica o exercício de direitos e garantias previstos em lei (Brasil, 2023, cap. I, Art. 2º-A, inc. I e II).

Isso mostra que a identificação por meio do cordão é facultativa e que sua ausência não impede o acesso aos direitos assegurados, reforçando o princípio da não discriminação e da equidade.

Figura 1 - Fita de girassóis



Fonte: Suguino, R., 2023.

A imagem mostra um cordão decorado com girassóis, o símbolo nacional estabelecido para representar deficiências ocultas. Além de ajudar na identificação dessas condições que não são percebidas imediatamente, seu uso visa conscientizar a sociedade e promover o respeito aos direitos dessas pessoas em diversos ambientes públicos e privados.

A seguir, serão apontados exemplos práticos que os educadores podem usar para incentivar a inclusão de alunos com deficiências ocultas. As estratégias visam ajudar na identificação de demandas que não são evidentes, mesmo na ausência de um diagnóstico formal. Nesse contexto, também se leva em conta a ocorrência de doenças psicossomáticas, como ansiedade e depressão, que, apesar de não serem consideradas deficiências, afetam o rendimento escolar e demandam abordagens pedagógicas adaptadas e sensíveis. Esses exemplos ilustram como comportamentos empáticos e pequenas mudanças podem fazer com que a sala de aula seja mais inclusiva e receptiva.

No primeiro exemplo, introduziremos os métodos de observação comportamental e adaptação espontânea. Em uma turma do 6º ano, uma estudante evita se envolver em tarefas coletivas e mostra indícios de ansiedade durante exposições orais, mesmo sem ter um laudo ou diagnóstico oficial. Vigotski (1991) defende a importância do acolhimento e da mediação sensível no processo de aprendizagem. Nesse contexto, ao identificar esse padrão de comportamento, o docente adotará uma abordagem empática e flexível, proporcionando opções como a submissão de trabalhos escritos ou a execução de apresentações em duplas.

Ademais, respeitará os limites da estudante e evitará qualquer exposição indesejada ao conversar com ela de forma reservada. Como consequência, a estudante provavelmente se sentirá mais acolhida, exibindo maior confiança e envolvimento nas atividades, mesmo sem um diagnóstico oficial. Ademais, especialistas em Psicologia Educacional, como Piaget (2003), indicam que a aprendizagem se dá de maneira distinta de acordo com o estágio de desenvolvimento cognitivo de cada aluno, sendo fundamental respeitar suas particularidades.

Outro exemplo abordará a adaptação de recursos pedagógicos. O docente ajustará o conteúdo para atender às necessidades do aluno que apresenta grandes desafios para transcrever da lousa e manter o foco durante explicações extensas. Para isso, não aguardará mais um laudo de TDAH e começará a disponibilizar folhas impressas com os conteúdos essenciais, usará recursos visuais e dividirá as explicações em etapas menores, intercaladas com intervalos para interação. Assim, o estudante poderá acompanhar as aulas de forma mais eficaz, participar com maior envolvimento e mostrar progresso sem ser rotulado ou exposto.

Em um exemplo diferente, será sobre escuta atenta durante o processo de entrada. O docente notará que uma estudante chega regularmente às aulas matutinas com irritação e desânimo, mostrando-se relutante em participar. Para tanto, ele dedicará alguns minutos para acolhê-la com escuta ativa e sem julgamentos, iniciando uma conversa informal para compreender melhor sua situação. Com o passar do tempo, perceberá que a estudante lida com problemas familiares e tem problemas para dormir. Nesse sentido, o professor ajustará prazos e tarefas, permitindo que a aluna responda de forma mais eficaz às interações e se sinta respeitada em seu tempo.

O professor observará que uma docente, embora obtenha notas baixas nos exames, exibe interesse e domínio do assunto durante as discussões em classe. Nesse sentido, começará a levar em conta diversas formas de avaliação, como trabalhos orais e apresentações em grupo, reconhecendo as várias formas de demonstrar o conhecimento. Dessa forma, a

estudante poderá mostrar sua aprendizagem de maneira mais clara, sem a pressão de se submeter a um único formato de avaliação.

Considerações finais

O intuito desse estudo foi apresentar alternativas pedagógicas inclusivas para professores aplicarem com alunos com deficiências ocultas, enfatizando práticas pedagógicas que favorecem o acolhimento, mesmo sem um diagnóstico formal.

É evidente que a postura do educador, fundamentada na observação meticulosa, na escuta ativa e na flexibilidade, tem o potencial de mudar a experiência escolar desses alunos. A falta de laudo não deve ser um obstáculo para assegurar o direito à educação inclusiva. Os exemplos fornecidos demonstram que pequenas mudanças diárias podem ter um grande efeito na autoestima, no desempenho e na permanência escolar dos estudantes.

Destaca-se a importância de treinamentos contínuos focados na identificação e acolhimento de deficiências não evidentes, além de políticas públicas que garantam maior acesso à equipe multiprofissional.

Conclui-se que o papel do professor transcende a simples transmissão de conteúdos curriculares: ele atua como mediador de subjetividades, agente ativo na promoção da inclusão e facilitador de conexões afetivas e pedagógicas. Sua escuta atenta, atitude receptiva e habilidade de adaptação demonstram um compromisso ético e sensível com a diversidade existente na sala de aula.

É o professor quem estabelece conexões entre as particularidades dos alunos e as possibilidades de aprendizado, mesmo diante das diversas exigências do ambiente escolar. Portanto, não é só responsabilidade da escola e do professor promover um ambiente plural e democrático. Reconhecer, valorizar e reforçar essas práticas, incentivando formações contínuas e políticas que sustentem uma cultura genuinamente inclusiva, é obrigação do Estado.

Referências

- BARROS, A. et al. *Impacto das emoções na aprendizagem: como o estado emocional do aluno influencia a capacidade de aprender e reter informações*. Revista Tópicos, v. 3, n. 18, p. 1-13, 2025.
- BRASIL. Congresso. Senado Federal. *Fita com desenho de girassóis vira símbolo nacional para deficiências ocultas*. Senado Notícias, Brasília, 18 jul. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/07/18/fita-com-desenho-de-girassois-vira-simbolo-nacional-para-deficiencias-ocultas> . Acesso em: 29 jul. 2025.
- BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. *Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva*. Educação, v. 32, n. 03, p. 355-364, 2009.
- ESCOBAR, Á. V. *Prática da educação personalizada*. São Paulo-SP: Loyola, 1996.
- JÚNIOR, R. G. P.; LEMES, H. C. D. *A importância do relato de experiência docente na retratação do cotidiano escolar*. Cadernos de Educação Básica, v. 5, n. 2, 2020.
- MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo-SP: Moderna, 2003.
- MARINHO, F. C. P.; FELGUEIRAS, A. C. M. L. *A Lei nº 14.624/23 Girassol: reconhecimento e conscientização sobre deficiências ocultas*. Rio de Janeiro-RJ: Revista Digital CBM-UNICBE, [S.l.], Comitê Editorial, 2025.
- PIAGET, J.; INHELDER, Barbel. *Psicologia da criança [Audiolivro]*. Bertrand Brasil, 2003.
- SANTOS, R. R. D. *Possibilidades metodológicas de inclusão escolar de estudantes neurotípicos*. Diálogos e Perspectivas Interventivas, Serrinha-BA, v. 6, n. 1, p. 2-19, 2025.
- UNESCO. *Declaración de Salamanca sobre Principios, Políticas y Prácticas para las Necesidades Educativas Especiales*. Salamanca, Espanha, 1994.
- VIGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.